Publicado na Folha de S.Paulo em 08/07/2022.

Campagnola Participações e Empreendimentos S.A.

CNPJ nº 23.495.127/0001-24

Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas em 31 de Março de 2022 e 2021 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Balanços Patrimoniais

Ativo	Nota	Consolidado 2022	Consolidado 2021	Controladora 2022	Controladora 2021
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	9	693.847	779.733	66	9
Aplicações financeiras	9	16.276	8.788	–	–
Contas a receber de clientes	10	52.074	64.491	–	–
Instrumentos financeiros derivativos	35	59.098	1	–	–
Estoques	11	207.591	76.859	–	–
Ativo biológico	12	200.831	148.642	–	–
Adiantamentos a fornecedores	13	7.768	292	–	–
Tributos a recuperar	14	13.336	3.554	2	–
IR e contribuição social	28	19.451	6.453	–	1
Demais contas a receber	15	8.162	5.900	–	–
Total do ativo circulante		**1.278.434**	**1.094.713**	**68**	**10**
Não Circulante					
Realizável a longo prazo					
Aplicações financeiras	9	62.534	43.071	–	–
Instrumentos financeiros derivativos	35	5.237	–	–	–
Tributos a recuperar	14	10.409	5.722	–	–
Tributos diferidos	28	50	68	51	38
Demais contas a receber	15	6.939	5.124	–	–
		85.169	**53.985**	**51**	**38**
Investimentos	16	879	826	52.297	52.331
Imobilizado	17	844.870	401.388	312	452
Intangível		3.866	4.684	–	–
Direito de uso	18	1.055.724	558.423	–	–
Total do ativo não circulante		**1.990.508**	**1.019.306**	**52.660**	**52.821**
Total do Ativo		**3.268.942**	**2.114.019**	**52.728**	**52.831**

Passivo e Patrimônio Líquido	Nota	Consolidado 2022	Consolidado 2021	Controladora 2022	Controladora 2021
Circulante					
Fornecedores	19	90.478	49.026	9	1
Arrendamentos a pagar	18	17.820	7.187	–	–
Parceria agrícola a pagar	18	132.328	66.106	–	–
Empréstimos e financiamentos	20	218.798	326.555	–	–
Obrigações com a cooperativa	21	1.206	1.087	–	–
Salários e contribuições sociais	23	27.895	21.406	–	–
Dividendos e lucros a pagar	24	8.927	9.427	–	–
Adiantamentos de clientes	25	21.817	42.271	–	–
Instrumentos financeiros derivativos	35	176.519	127.753	–	–
Tributos a recolher	26	10.509	15.437	–	–
Demais contas a pagar		4.548	133	–	–
Total do passivo circulante		**710.845**	**666.388**	**9**	**1**
Não Circulante					
Empréstimos e financiamentos	20	1.033.940	755.704	–	–
Adiantamentos de clientes	25	26.650	40.950	–	–
Arrendamentos a pagar	18	23.214	15.621	–	–
Parceria agrícola a pagar	18	869.989	470.175	–	–
Obrigações com a cooperativa	21	18.230	19.136	–	–
Aquisição de participações societárias	22	126.351	–	–	–
Instrumentos financeiros derivativos	35	67.058	78.819	–	–
Provisão para contingências	27	30.071	2.170	–	–
Tributos diferidos	28	115.044	27.639	–	–
Demais contas a pagar		36.061	1.411	–	–
Total do passivo não circulante		**2.346.608**	**1.411.625**	**–**	**–**
Total do Passivo		**3.057.453**	**2.078.013**	**9**	**1**
Patrimônio Líquido	29				
Capital social		164.690	164.540	164.690	164.540
Ajuste de avaliação patrimonial		(111.064)	(111.064)	(111.064)	(111.064)
Prejuízos acumulados		(907)	(646)	(907)	(646)
		52.719	52.830	52.719	52.830
Participação dos usufrutuários		158.770	(16.824)	–	–
Total do Patrimônio Líquido		**211.489**	**36.006**	**52.719**	**52.830**
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		**3.268.942**	**2.114.019**	**52.728**	**52.831**

Demonstração do Resultado

	Nota	Consolidado 2022	Consolidado 2021	Controladora 2022	Controladora 2021
Receita líquida das vendas	30	1.188.750	824.628	–	–
Custo dos produtos vendidos	31	(884.393)	(538.403)	–	–
Variação do valor justo do ativo biológico	12	3.113	31.106	–	–
Lucro bruto		307.470	317.331	–	–
Despesas com vendas	31	(52.164)	(39.072)	–	–
Despesas gerais e administrativas	31	(68.144)	(39.877)	(232)	(200)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	32	236.997	3.655	–	–
Resultado de equivalência patrimonial	16	–	–	185.880	74.997
Lucro operacional		424.159	242.037	185.648	74.797
Receitas financeiras		31.011	12.577	1	1
Despesas financeiras		(173.359)	(96.293)	–	–
Variação cambial, líquida		24.820	(28.404)	–	–
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	35	(26.240)	(22.182)	–	–
Resultado financeiro	33	(143.768)	(134.302)	1	1
Lucro antes do IR e da CS		280.391	107.735	185.649	74.798
Imposto de renda e contribuição social	28				
Correntes		(12.731)	(8.230)	–	–
Diferidos		(81.996)	(24.698)	15	9
Lucro líquido do exercício		185.664	74.807	185.664	74.807
Atribuível a:					
Controladores da Companhia		185.664	74.807		
Lucro básico e diluído por ação - em R$	34	1,12	0,45		
Quantidade média de ações		165.224.542	165.105.017		

Demonstração do Resultado Abrangente

	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Lucro líquido do exercício	185.664	74.807
Itens que serão reclassificados subsequentemente ao resultado		
Instrumentos financeiros derivativos:		
Derivativos de mercadorias - futuro, opções e contratos a termo	(52.588)	(194.520)
Derivativos de câmbio - opções e NDF	84.560	19.060
Derivativos Tradings	2.669	(2.670)
Tributos diferidos sobre itens acima	(5.425)	60.563
	29.216	(117.567)
Total do resultado abrangente do exercício	**214.880**	**(42.760)**

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

	Nota	Capital social	Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total	Participação do usufrutuário	Total
Em 1º de abril de 2020		163.970	(111.064)	(415)	52.491	34.315	86.806
Instrumentos financeiros - *hedge accounting*	29 (c)	–	(117.567)	–	(117.567)	–	(117.567)
Integralização de capital	29 (a)	570	–	–	570	–	570
Distribuição de dividendos	29 (d)	–	–	–	–	(8.610)	(8.610)
Lucro líquido do exercício		–	–	74.807	74.807	–	74.807
Termo de usufruto vitalício - reflexo	29 (g)	–	117.567	(75.038)	42.529	(42.529)	–
Em 31 de março de 2021		164.540	(111.064)	(646)	52.830	(16.824)	36.006
Instrumentos financeiros - *hedge accounting*	29 (c)	–	29.216	–	29.216	–	29.216
Integralização de capital	29 (a)	150	–	–	150	–	150
Reavaliação cisão parcial	29 (g)	–	(27.625)	–	(27.625)		(27.625)
Distribuição de dividendos	29 (d)	–	–	–	–	(11.925)	(11.925)
Lucro líquido do exercício		–	–	185.665	185.665	–	185.665
Termo de usufruto vitalício - reflexo	29 (g)	–	(1.591)	(185.928)	(187.519)	187.519	–
Em 31 de março de 2022		164.690	(111.064)	(907)	52.717	158.770	211.489

Demonstração dos Fluxos de Caixa

	Nota	Consolidado 2022	Consolidado 2021	Controladora 2022	Controladora 2021
Fluxos de caixa das atividades operacionais					
Lucro antes do IR e CS incluindo operações descontinuadas		280.391	107.735	185.649	74.798
Ajustes:					
Depreciação e amortização	31	83.770	69.638	140	125
Depreciação do direito de uso	31	120.607	94.831	–	–
Colheita dos ativos biológicos	31	148.531	116.924	–	–
Variação do valor justo do ativo biológico	12	(3.113)	(31.105)	–	–
Resultado por compra vantajosa	7	(217.458)	–	–	–
Resultado da alienação de ativo imobilizado	37 (a)	(5.609)	(486)	–	–
Resultado da baixa de arrendamentos e parcerias agrícolas	16	251	(596)	–	–
Resultado de equivalência patrimonial	16	–	–	(185.880)	(74.997)
Constituição de provisão para contingências	27	4.692	1.099	–	–
Reversão de provisão para contingências	27	(1.460)	–	–	–
Instrumentos derivativos não realizados		6.337	(2.571)	–	–
Juros, variações monetárias e cambiais, líquidos de empréstimos	37 (b)	30.845	86.000	–	–
Juros de arrendamentos e parcerias agrícolas	18 (b)	53.316	40.377	–	–
Juros, variações monetárias e cambiais, líquidos de clientes		6.504	1.087	–	–
		507.604	482.933	(91)	(74)
Variações nos ativos e passivos					
Contas a receber de clientes		51.312	(20.901)	–	–
Instrumentos derivativos não realizados - Margem		976	1	–	–
Estoques		63.305	(2.839)	–	–
Aumento de ativo biológico	12	(175.492)	(118.992)	–	–
Adiantamentos a fornecedores		(4.198)	129	–	–
Tributos a recuperar		(16.269)	2.284	3	–
Demais contas a receber		720	(2.566)	–	–
Fornecedores		(33.390)	15.598	8	–
Obrigações com a cooperativa		(1.076)	(582)	–	–
Salários e contribuições sociais		(7.056)	(1.866)	–	–
Partes relacionadas		–	(1.195)	–	–
Provisão para contingências - liquidações	27	(1.573)	(1.434)	–	–
Adiantamento de clientes		(39.909)	26.979	–	–
Impostos a pagar		(10.175)	9.909	–	–
Demais contas a pagar		(10.761)	(51)	–	–
Caixa gerado nas operações		324.018	387.407	(80)	(74)
Encargos financeiros pagos empréstimos	37 (b)	(53.552)	(50.048)	–	–
Imposto de renda e contribuição social pagos		(12.731)	(7.450)	–	–
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		257.735	329.909	(80)	(74)
Fluxos de caixa das atividades de investimentos					
Aplicações financeiras		(26.951)	32.462	–	–
Adições ao ativo imobilizado e intangível exceto cana-de-açúcar		(60.991)	(30.598)	–	(316)
Adições ao ativo imobilizado cana-de-açúcar		(103.442)	(45.085)	–	–
Valor recebido pela venda de ativo imobilizado	37 (a)	20.062	4.787	–	–
Adições ao ativo investimentos		(20)	(149)	(20)	(20)
Valor pago na aquisição da controlada, líquido do caixa obtido		(149.376)	–	–	–
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		(320.718)	(38.583)	(20)	(336)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos					
Integralização de capital		170	570	150	570
Amortização de empréstimos e financiamentos bancários	37 (b)	(349.340)	(164.466)	–	–
Ingressos de empréstimos e financiamentos bancários	37 (b)	542.526	138.436	–	–
Amortização de arrendamentos e parceria agrícola	18 (b)	(203.826)	(117.309)	–	–
Adiantamento para futuro aumento de capital		–	(190)	–	(190)
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos		(12.427)	(6.219)	–	–
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos		(22.897)	(149.178)	150	380
(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa, líquido		(85.880)	142.148	50	(30)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	9	779.727	637.585	9	39
Caixa incorporado - UBL Empreendimentos e Participações S.A.		–	–	7	–
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	9	693.847	779.733	66	9

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras

1. Contexto operacional: A Campagnola Participações e Empreendimentos S.A. (“Companhia”) encontra-se sediada no município de Batatais, Estado de São Paulo, e possui como atividade preponderante a participação em outras sociedades. Suas operações tiveram início em 24 de julho de 2015. A Companhia possui o controle direto da Usina Batatais S.A. Açúcar e Álcool (“Usina Batatais”) e controle indireto da Central Energética Vale do Sapucaí Ltda. (“Cevasa”). Em conjunto, a Companhia e suas controladas são denominadas como “Grupo” para fins dessas demonstrações financeiras. A emissão dessas demonstrações financeiras foi aprovada pela administração em 30 de junho de 2022. **1.1 Principais eventos ocorridos durante o exercício: (a) Aquisição da Central Energética Vale do Sapucaí Ltda. (“Cevasa”):** Em 28 de julho de 2021, a Usina Batatais S.A. Açúcar e Álcool (“Usina Batatais” ou “Controlada Direta”) adquiriu 100% das quotas do capital da Central Energética Vale do Sapucaí Ltda. (“Cevasa” ou “Controlada Indireta”), a qual atua no mercado sucroenergético e possui um portfólio diverso de produtos que comercializa, com a fabricação de energia a partir da biomassa, além de produzir açúcar e etanol utilizando a cana-de-açúcar como matéria-prima. A energia comercializada pela Cevasa é gerada a partir da biomassa e é totalmente renovável e de baixo custo. No processo de fabricação, ela utiliza o bagaço da cana como resíduo para a produção de vapor e de energia elétrica, além de produzir também combustível renovável e limpo (etanol anidro e hidratado) oriundos da cana-de-açúcar com a finalidade carburante ou industrial. A Cevasa conta com aproximadamente 1.050 colaboradores e finalizou a safra de 2021/22 com a moagem de 2.133 milhões de toneladas de cana-de-açúcar, produzindo 164 mil toneladas de açúcar, 75 milhões de litros de Etanol e 109 mil megawatts na geração de energia elétrica. A receita líquida nos últimos 12 meses, findos em 31 de março de 2022 totalizou R$ 571.866, sendo R$ 321.502 açúcar, R$250.021 etanol, e R$ 343 em demais produtos. A partir da data da aquisição, o Grupo passou a reconhecer 100% de seus resultados como equivalência patrimonial em suas demonstrações financeiras individuais e incluiu referida controlada em suas demonstrações financeiras consolidadas. Sendo assim, as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de março de 2022 não são totalmente comparáveis às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, as quais estão sendo apresentadas como demonstrações financeiras correspondentes. A aquisição do controle da Cevasa foi reconhecida contabilmente como uma combinação de negócios, nos termos do CPC 15, e os efeitos dessa aquisição estão apresentados na Nota 7. **(b) Incorporação da UBL Participações e Empreendimentos S.A. (“UBL”):** A Companhia possuía controle direto da UBL Participações e Empreendimentos S.A. (“UBL”), holding controladora da Usina Batatais S.A. Açúcar e Álcool, e foi incorporada pela Companhia no processo de reorganização societária do Grupo. A referida reorganização societária do Grupo teve como ato inicial, em fevereiro de 2020, a cisão parcial do acervo líquido da Usina Batatais (“Cisão”), considerando a separação de suas operações de acordo com a localização geográficas de suas unidades produtivas localizadas na região de Lins e na região de Batatais. Como resultado, a Lins Agroindustrial S.A. passou a ser detentora da unidade produtiva localizada na região de Lins e a Usina Batatais S.A. Açúcar e Álcool passou a ser detentora da unidade produtiva localizada na região de Batatais. Dessa forma, a UBL Participações e Empreendimentos S.A. que antes mantinha o controle compartilhado da Usina Batatais, passou a ser sua controladora. Em 31 de dezembro de 2021, mediante Ata de Assembleia Geral Extraordinária (AGE), houve aprovação do “Protocolo e Justificação da Incorporação da UBL pela Companhia, com acervo líquido no valor de R$ 52.343, e a consequente extinção da UBL. Todos os bens, direitos, haveres, obrigações e responsabilidades da UBL passam automaticamente à Companhia, na qualidade de sucessora, em caráter universal, independentemente de quaisquer outras formalidades. O capital social da Companhia não sofrerá qualquer alteração, uma vez que *(i)* os elementos patrimoniais representativos da participação da Companhia na UBL já estão registrados nos acervos da Companhia, na rubrica de investimentos e *(ii)* as ações detidas pela Companhia na UBL serão extintas nos termos do artigo 226, parágrafo 1º da Lei nº 6.404/1976. Essa incorporação teve por objetivo simplificar a estrutura societária existente, passando a Companhia a deter diretamente a participação acionária na Usina Batatais, gerando maior eficiência, sinergia e racionalização dos custos administrativos e financeiros. Os saldos dos ativos e passivos incorporados nessa operação, conforme acervo líquido recebido é demonstrado a seguir:

Ativo	31/12/2021	Passivo e Patrimônio Líquido	31/12/2021
Circulante		**Patrimônio Líquido**	
Caixa e equivalentes de caixa	13	Capital social	52.468
Tributos a recuperar	2	Prejuízos acumulados	(125)
Total do ativo circulante	**15**	**Total do Patrimônio Líquido**	**52.343**
Não Circulante			
Tributos a recuperar	34		
	34		
Realizável a longo prazo			
Investimentos	52.294		
Total do ativo não circulante	**52.328**		
Total do Ativo	**52.343**	**Total do Passivo e Patrimônio Líquido**	**52.343**

O investimento refere-se à participação que a UBL detinha na Usina Batatais, correspondente ao capital social dessa controlada, uma vez que os resultados acumulados são tratados no contexto do termo de usufruto vitalício (Nota 29 (f)). **(c) Renovabio - Cbios:** Instituída pela Lei nº 13.576/2017, o RenovaBio é a Política Nacional de Biocombustíveis. O principal instrumento do RenovaBio é o estabelecimento de metas nacionais e anuais de descarbonização para o setor de combustíveis, de forma a incentivar o aumento da produção e da participação de biocombustíveis na matriz energética de transportes do país. As distribuidoras de combustíveis devem comprovar o cumprimento de metas individuais compulsórias por meio da compra de Créditos de Descarbonização (CBIO), ativo financeiro negociável em bolsa, derivado da certificação do processo produtivo de biocombustíveis com base nos respectivos níveis de eficiência alcançadas em relação a suas emissões. Em 31 de março de 2022, o Grupo possuía 18.645 mil Cbios emitidos e ainda não comercializados (Nota 11) (2021 - 84.731 mil Cbios não comercializados). Durante a safra finda em 31 de março de 2022 foram comercializados 368.719 mil Cbios (2021 - 163.662 mil Cbios), classificados na receita líquida (Nota 30). A Comercialização desses títulos, após sua escrituração, ocorre através da B3. **(d) Efeito do Coronavírus nas demonstrações financeiras:** Em atendimento ao Ofício Circular SNC/SEP 02/2020, que trata da orientação sobre a divulgação dos potenciais impactos da COVID-19 e suas variantes nas demonstrações financeiras, considerando os principais riscos e incertezas advindos desta análise e observadas as normas contábeis, o Grupo trabalhou, em especial na análise dos seguintes possíveis impactos: (i) Ações realizadas pelo Grupo em função da COVID-19 e suas variantes e possíveis impactos nos seus controles internos; (ii) Aumento do risco de perdas em ativos financeiros (CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos Financeiros); (iii) Valor realizável de estoques (CPC 16/IFRS IAS2 - Estoques); (iv) Impairment de ativos imobilizado e intangível (CPC 01/IAS 36 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos); (v) Impactos na receita do exercício e nas margens; (vi) Análise de continuidade operacional do Grupo; (vii) Fluxo de caixa, impactos no acesso ao crédito de empréstimos e financiamentos e covenants. O Grupo, no resultado de suas análises, não identificou impactos relevantes em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas dos exercícios de 2022. Em 2021 as demonstrações financeiras da Usina Batatais foram impactadas principalmente pela variação cambial, em que a expressiva alta do dólar reduziu o lucro acumulado até março e pelos instrumentos financeiras derivativos de *Hedge Accounting*, que reduziu significativamente o patrimônio líquido até março. **(e) Impactos da guerra entre Rússia e Ucrânia:** O Grupo monitora e adota medidas para mitigar os impactos no cenário econômico global, do conflito entre Rússia e Ucrânia, que pode afetar significativamente o setor sucroenergético, na elevação de preços, principalmente de fertilizantes e custos logísticos. As demonstrações financeiras não incluem quaisquer ajustes em razão desse conflito. **(f) Riscos climáticos:** O Grupo está sujeito a riscos climáticos, como incêndios, geadas e secas prolongadas. Para mitigar estes impactos, adotam ações constantes como monitoramentos climáticos, capacitações e investimentos em equipamentos de combate a incêndios, bem com outras medidas. **2 Base de preparação e mensuração:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas na Nota 5. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor que, em outros ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos) e ativos biológicos é ajustado para refletir a mensuração ao valor justo. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração do Grupo no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 4. As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo para o exercício findo em 31 de março de 2022, que estão sendo apresentadas como cifras comparativas, são impactadas pelas operações ocorridas após a referida reestruturação societária (Nota 1.1 (a)), em 31 de julho de 2021, e, portanto, não são comparáveis. **3 Mudança nas políticas contábeis e divulgações:** As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de abril de 2021 e não resultaram em impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia e do Grupo: • **Reforma da IBOR** - Fase 2: alterações ao CPC 48, CPC 38 e CPC 40 - “Instrumentos Financeiros”, ao CPC 06 (R2) - Arrendamentos, ao CPC 11 “Contratos de Seguros”. A Fase 2 da reforma da IBOR traz as seguintes exceções temporárias na aplicação das referidas normas, que foram adotadas pela Companhia e pelo Grupo, com relação a: **(i) Fluxos de caixa contratuais de ativos e passivos financeiros:** permitido mudanças na base de determinação dos fluxos de caixa contratuais sem ocasionar em desreconhecimento do contrato e, consequentemente, sem efeito imediato de ganho ou perda no resultado do exercício, desde que diretamente relacionada com a reforma da taxa de juros de referência e substituição da taxa de juros, e que a nova base seja considerada economicamente equivalente à base anterior. **(ii) Relações de *hedge***: a designação formal da relação de proteção deve ser alterada apenas para designar a taxa de referência alternativa como um risco coberto, alterar a descrição do item protegido e/ou alterar a descrição do instrumento de cobertura. Tal alteração na designação formal da relação de proteção não constitui descontinuação da relação de proteção e nem nova relação de proteção, portanto sem efeitos imediatos no resultado do exercício. • **Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento**: alterações ao CPC 06(R2) “Arrendamentos”: prorrogação da aplicação do expediente prático de reconhecimento das reduções obtidas pela Empresa nos pagamentos dos arrendamentos diretamente no resultado do exercício e não como uma modificação de contrato, até 30 de junho de 2022. Adicionalmente, em 25 de outubro de 2021, o Comitê de Pronunciamento Contábeis - CPC emitiu o décimo nono documento de revisão de normas contábeis, as entidades devem aplicar essas alterações nos exercícios anuais com início em, ou após, 1º de janeiro de 2022, ou seja, não estão em vigor para o exercício iniciado em 1º de abril de 2021. A adoção antecipada de normas não é permitida no Brasil pelo CPC. • Inclusão dos itens 39AG e o novo D13A, alteração da alínea (f) do item D1 e renumera o item D13A para D13B no CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, para simplificar a aplicação da referida norma por uma subsidiária que adote normas internacionais pela primeira vez após a sua controladora, em relação à mensuração do montante acumulado de variações cambiais. • Inclusão dos itens 7.1.9, 7.2.35, e seu título, e B3.3.6A e alteração do item B3.3.6 no CPC 48 - Instrumentos Financeiros, para esclarecer quais taxas devem ser incluídas no teste de 10% para a baixa de passivos financeiros. • Alteração do item 22 e inclusão do item 65 no CPC 29 - Ativo Biológico e Produto Agrícola, para remoção da exigência de excluir os fluxos de caixa da tributação ao mensurar o valor justo dos ativos biológicos e produtos agrícolas, alinhando assim as exigências de mensuração do valor justo no CPC 29 com as de outras normas CPCs. • Alteração dos itens 17 e 74 e inclusão dos itens 20A, 74A, 80D e 81N no CPC 27 - Ativo Imobilizado, para proibir uma entidade de deduzir do custo do imobilizado os valores recebidos da venda de itens produzidos enquanto o ativo estiver sendo preparado para seu uso pretendido. Tais receitas e custos relacionados devem ser reconhecidos no resultado do exercício. • Inclusão dos itens 68A, 94A e 108 e alteração do item 69 no CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, para esclarecer que, para fins de avaliar se um contrato é oneroso, o custo de cumprimento do contrato inclui os custos incrementais de cumprimento desse contrato e uma alocação de outros custos que se relacionam diretamente ao cumprimento dele. • Alteração dos itens 11, 14, 21, 22 e 23 e inclusão dos itens 21A, 21B, 21C, 23A e 64Q no CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios, com o objetivo de substituir as referências da versão antiga da estrutura conceitual para a mais recente. Não há outras normas CPCs ou interpretações ICPCs que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia e do Grupo. **4 Moeda funcional e moeda de apresentações:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são mensurados utilizando a moeda do principal ambiente econômico, no qual o Grupo atua (moeda funcional). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em reais (R$), que é a moeda funcional e de apresentação do Grupo e, também, a sua moeda de apresentação. **5 Principais políticas contábeis:** O Grupo aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras, salvo disposição em contrário. **5.1 Consolidação:** A Companhia consolida todas as entidades sobre as quais detém o controle, isto é, quando está exposta ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida. As seguintes práticas contábeis foram aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas. **(a) Controladas:** Controladas são todas as entidades nas quais a Companhia detém o controle. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle. Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos para a aquisição de controladas em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. A Companhia reconhece a participação não controladora na adquirida, tanto pelo seu valor justo como pela parcela proporcional da participação não controlada no valor justo de ativos líquidos da adquirida. A mensuração da participação não controladora é determinada em cada aquisição realizada. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos. Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre a Companhia e suas controladas são eliminados na consolidação. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (impairment) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia e suas controladas. Em 31 de março de 2022, as demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da controladora e de sua controlada, as quais foram consolidadas integralmente, a saber:

	Percentual de participação	
Controladas	**2022**	**2021**
Diretas:		
UBL Participações e Empreendimentos S.A. - “UBL” *(i)*	0,00%	99,99%
Usina Batatais S.A. Açúcar e Álcool - “Usina Batatais” *(ii)*	100,00%	0,01%
Indiretas:		
Central Energética Vale do Sapucaí Ltda. - “Cevasa” *(iii)*	100,00%	0,00%

(i) Encerrado após incorporação (Notas 1.1. *(b)* e 16); ***(ii)*** Controlada indireta até de 31 dezembro de 2021; ***(iii)*** Iniciada após combinação de negócios (Nota 7). *Informação das investidas:* A Companhia possuía controle direto da UBL Participações e Empreendimentos S.A., controladora da Usina Batatais. Conforme divulgado na Nota 1 (b), em 31 de dezembro de 2021, a Companhia incorporou a UBL Participações e Empreendimentos S.A., e passou a ser controladora direta da Usina Batatais. A Usina Batatais, com sede no município de Batatais, no estado de São Paulo, possui como atividade preponderante a fabricação e o comércio de açúcar, etanol e seus subprodutos, além de exercer atividades agrícolas relacionadas à exploração de cana-de-açúcar em áreas próprias e de terceiros em regime de parceria. Substancialmente a cana-de-açúcar utilizada na fabricação dos produtos é de propriedade da Companhia. Em março de 2016, a Usina Batatais encerrou seu vínculo com a Cooperativa de Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo (“Cooperativa”), a partir do início da safra 16/17 (março de 2016) passou a ser comercializada de forma independente pela Usina Batatais. Mesmo com o desligamento, a Companhia mantém os compromissos assumidos perante a Cooperativa ou perante terceiros originados até a data do desligamento, ficando assegurado à Usina Batatais o direito de participação proporcional no resultado de ações indenizatórias movidas pela Cooperativa, mesmo que concluídas após a data do desligamento (Notas 14 e 20). Conforme comunicado ao mercado, em 29 de fevereiro de 2020, houve a cisão parcial da Usina Batatais, correspondente à unidade industrial no município de Lins/SP. A Usina Batatais identificou ativos e passivos relacionados à referida planta (filial), e constituiu acervo líquido que foi cindido e incorporado pela empresa Usina Lins, as quais passaram a operar de forma independentes. Após a cisão, a Usina Batatais manteve os compromissos assumidos perante a sua filial anteriores ao processo de cisão, conforme termos acordados entre os acionistas, em especial os processos administrativos e judiciais tributários, sendo a Usina Batatais responsável pelo pagamento de obrigações e recebimento de direitos na proporção de 50% que venham a resultar sobre o período em que a filial cindida fazia parte do mesmo grupo econômico. Conforme divulgado na Nota 1 (b), em 28 de julho de 2021, a Usina Batatais adquiriu 100% das quotas do capital da Central Energética Vale do Sapucaí Ltda. a qual atua no mercado sucroenergético e possui um portfólio diverso de produtos que comercializa, com a fabricação de energia a partir da biomassa, além de produzir açúcar e etanol utilizando a cana-de-açúcar como matéria prima. **(b) Perda de controle em controladas:** Quando a Companhia deixa de ter controle, qualquer participação retida na entidade é revista e mensurada ao seu, valor justo, sendo a mudança no valor contábil reconhecida no resultado. Os valores reconhecidos previamente em outros resultados abrangentes são reclassificados para o resultado. **5.2 Receita operacional:** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos no curso normal das atividades do Grupo. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. O Grupo fabrica e vende açúcar, etanol, energia elétrica, Cbios e outros produtos. As vendas destes produtos são reconhecidas sempre que o Grupo efetua a entrega dos produtos para o cliente, o qual passa a ter total liberdade sobre o canal e o preço de revenda dos produtos, e não há nenhuma obrigação não satisfeita que possa afetar a aceitação dos produtos pelo cliente. A entrega não ocorre até que: (i) os produtos tenham sido enviados para o local especificado; (ii) os riscos de obsolescência e perda tenham sido transferidos para o cliente; (iii) o cliente tenha aceitado os produtos de acordo com o contrato de venda; e (iv) as disposições de aceitação tenham sido acordadas, ou o Grupo tenha evidências objetivas de que todos os critérios para aceitação foram atendidos. A comercialização de Cbios é feita através de leilão na B3 (Brasil, Bolsa e Balcão). Usualmente, os compradores são as distribuidoras de combustíveis, que possuem metas de aquisição estabelecidas pelo Renovabio. O Grupo reconhece a receita pela venda dos Cbios como receita operacional e os tributos incidentes sobre a venda na linha de dedução da receita bruta. **5.3 Receitas e despesas financeiras:** As receitas e despesas financeiras do Grupo compreende: juros sobre aplicações financeiras; juros ativos e passivos repassados pela Cooperativa; ganhos e perdas com derivativos; ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros; e despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos. As receitas e despesas financeiras são reconhecidas no resultado através do método dos juros efetivos. **5.4 Moeda estrangeira:** As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional do Grupo pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do exercício, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o exercício, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do exercício de apresentação. Ativos e passivos não monetários denominados em moedas estrangeiras que são mensurados pelo valor justo são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi apurado. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes na reconversão são reconhecidas no resultado. **5.5 Benefícios a empregados:** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se o Grupo tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. **5.6 Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R$ 240 anual para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais de imposto de renda e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável anual. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. ***(i) Imposto corrente:*** O imposto corrente é o imposto a pagar calculado sobre o lucro ou o prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. É mensurado com base nas taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data do balanço. O imposto corrente ativo e passivo são compensados somente se alguns critérios forem atendidos. ***(ii) Impostos diferidos:*** Os impostos diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os correspondentes valores usados para fins de tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferidos é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados na extensão em que seja provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. Os impostos diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando estas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data do balanço. A mensuração dos impostos diferidos reflete as consequências tributárias que seguiriam a maneira sobre qual o Grupo espera recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos. Os impostos diferidos ativo e passivo são compensados somente se alguns critérios forem atendidos. **5.7 Operações Cooperativa:** A Usina Batatais se desligou da Copersucar ao final da safra 2015/2016. Nas operações mantidas com a Cooperativa, as receitas auferidas e as despesas incorridas nas operações por conta de cooperados e nas atividades de apoio e administração, efetuadas pela Cooperativa, eram apropriadas ao resultado do exercício com base em rateio, definido de acordo com a produção da Usina Batatais em relação às demais cooperadas, em conformidade com o disposto no Parecer Normativo CST nº 66, de 5 de setembro de 1986. **5.8 Ativos biológicos:** Os ativos biológicos correspondem aos tratos culturais nas lavouras de cana-de-açúcar, que serão utilizadas como matéria-prima na produção de açúcar e etanol. Esses ativos estão avaliados pelo valor justo, menos as despesas de vendas. O valor justo dos ativos biológicos é determinado na data-base das demonstrações financeiras. O ganho ou perda na variação do valor justo dos ativos biológicos, é determinado pela diferença entre o valor justo e custos incorridos com tratos culturais dos ativos biológicos até o momento da avaliação, deduzido das variações acumuladas do valor justo de períodos anteriores, sendo registrado no período na rubrica “Variação no valor justo do ativo biológico”. Em determinadas circunstâncias, o valor justo estimado, menos as despesas de venda, se aproxima dos correspondentes custos de tratos incorridos, especialmente quando uma pequena transformação biológica ocorre desde o momento inicial ou quando se espera que o impacto dessa transformação sobre o valor justo não seja material, nesses casos, os gastos incorridos constituem-se como referência de valor justo. **5.9 Estoques:** Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no critério do custo médio ponderado e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade operacional normal. O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas. O custo da cana-de-açúcar transferido dos ativos biológicos é seu valor justo menos as despesas de venda apuradas na data do corte. Os gastos com manutenção agrícola e industrial e com depreciação, incorridos no período de entressafra, são acumulados no grupo de estoques e apropriados ao custo de produção do açúcar e do etanol por ocasião da colheita e da industrialização da cana-de-açúcar da safra seguinte. O Cbios é caracterizado como um ativo, na sua essência, intangível, por não ter substância física, que decorre de eventos passados e gera um direito para o Grupo. O direito nasce como consequência de uma subvenção governamental, logo seu reconhecimento inicial é tratado dentro do escopo do Pronunciamento Técnico CPC 07 - Subvenção e Assistência Governamentais, e seu reconhecimento inicial é através do valor justo, registrado na linha de outras receitas e despesas operacionais, líquidas (Nota 29). Após a mensuração inicial, o Cbios por ter sua origem derivada de operações e ser comercializado pelo Grupo, passa a ser tratado como estoque, e sua mensuração subsequente passa a ser o valor realizável líquido, conforme definido no CPC 16 - Estoques. Ao final do exercício o Grupo faz a comparação entre o custo de estoque do Cbios e o seu valor realizável líquido de mercado, e caso necessário, faz o registro de *impairment*. **5.10 Imobilizado:** ***(i) Reconhecimento e mensuração:*** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável *(impairment)*, quando aplicável. O Grupo optou por avaliar determinados ativos imobilizados pelo custo atribuído (*deemed cost*) na data de transição para os CPCs (1º de abril de 2009). Os efeitos do custo atribuído aumentaram o ativo imobilizado tendo como contrapartida o patrimônio líquido, líquido dos tributos diferidos. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. As plantas de produção são classificadas no ativo imobilizado e não integram o valor justo dos ativos biológicos. ***(ii) Custos subsequentes:*** Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos sejam pelo Grupo. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos. ***(iii) Depreciação:*** A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é geralmente reconhecida no resultado. Terrenos não são depreciados. As taxas médias anuais ponderadas de depreciação, ao ano, são as seguintes: Edifícios, dependências e benfeitorias de 2 a 10%; Equipamentos instalações industriais de 2,5 a 33%; Veículos de 5 a 20%; Máquinas e implementos agrícolas de 5 a 20%; Cana-de-açúcar 20% e Outros de 3 a 50%.Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado. **5.11 Intangível:** Ativos intangíveis que são adquiridos pelo Grupo e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, quando aplicável. **5.12 Instrumentos financeiros:** O Grupo classifica ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes e valor justo por meio do resultado. A classificação depende do modelo de negócio da entidade para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa. O Grupo classifica passivos financeiros não derivativos na categoria de custo amortizado. ***(i) Ativos e passivos financeiros não derivativos - Reconhecimento e desreconhecimento:*** Compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual o Grupo compromete-se a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos e o Grupo tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade. O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada. ***(ii) Ativos financeiros não derivativos - Mensuração:*** No reconhecimento inicial, o Grupo mensura um ativo financeiro ao valor justo acrescido, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os custos de transação de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são registrados como despesas no resultado. *Custo amortizado:* Os ativos, que são mantidos para coleta de fluxos de caixa contratuais quando tais fluxos de caixa representam apenas pagamentos do principal e de juros, são mensurados ao custo amortizado. As receitas com juros provenientes desses ativos financeiros são registradas em receitas financeiras usando o método da taxa efetiva de juros. Quaisquer ganhos ou perdas devido à baixa do ativo são reconhecidos diretamente no resultado e apresentados em outros ganhos/(perdas) juntamente com os ganhos e perdas cambiais. As perdas por *impairment* são apresentadas em uma conta separada na demonstração do resultado. *Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes:* Os ativos que são mantidos para coleta de fluxos de caixa contratuais e para venda dos ativos financeiros quando tais fluxos de caixa representam apenas pagamentos do principal e de juros, são mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Mudanças no valor contábil são registradas em outros resultados abrangentes, exceto pelo reconhecimento dos ganhos ou perdas por *impairment*, receita com juros e ganhos e perdas cambiais, os quais são reconhecidos na demonstração do resultado. Quando o ativo financeiro é baixado, os ganhos ou perdas cumulativos que haviam sido reconhecidos em outros resultados abrangentes são reclassificados do patrimônio líquido para o resultado e reconhecidos em outros ganhos/(perdas). As receitas com juros provenientes desses ativos financeiros são registradas em receitas financeiras usando o método da taxa efetiva de juros. Os ganhos e as perdas cambiais são apresentados em outros ganhos/(perdas) e as despesas de *impairment* são apresentadas em uma conta separada na demonstração do resultado. *Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado:* Os ativos que não atendem os critérios de classificação de custo amortizado ou de valor justo por meio de outros resultados abrangentes são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Eventuais ganhos ou perdas em um investimento em título de dívida que seja subsequentemente mensurado ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos no resultado e apresentados líquidos em outros ganhos/(perdas), no período em que ocorrerem. ***(iii) Passivos financeiros não derivativos - Mensuração:*** Passivos financeiros não derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. ***(iv) Instrumentos financeiros derivativos:*** O Grupo mantém instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira, taxa de juros, preço de açúcar e de etanol. Derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo; quaisquer custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são registradas no Patrimônio líquido para alguns Derivativos elegíveis para a Contabilidade de Hedge, sendo a variação dos demais alocada ao resultado. ***(v) Compensação de instrumentos financeiros:*** Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte. ***(vi) Capital social:*** As ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. **5.13 Redução ao valor recuperável (*impairment*): *(i) Ativos financeiros não derivativos:*** O Grupo avalia, em base prospectiva, as perdas esperadas de crédito associadas aos títulos de dívida registrados ao custo amortizado. A metodologia de *impairment* aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito. Para as contas a receber de clientes, o Grupo aplica a abordagem simplificada conforme permitido pelo CPC 48 e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis. O montante da perda por *impairment* era mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados descontados à taxa de juros original dos ativos financeiros. ***(ii) Ativos não financeiros:*** Os valores contábeis dos ativos não financeiros do Grupo, que não os estoques e o imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos, ou UGCs (Unidades Geradoras de Caixa). O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre seus valores em uso ou seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados ao seu valor presente usando-se uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado e revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. **5.14 Provisões:** As provisões para perdas com ações judiciais são reconhecidas quando: (i) O Grupo tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões não incluem perdas operacionais futuras. Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. **5.15 Direito de uso e Passivos de arrendamentos e parcerias agrícolas:** Os arrendamentos são reconhecidos como um ativo de direito de uso e um passivo correspondente na data em que o ativo arrendado se torna disponível para uso pelo Grupo. Cada pagamento de arrendamento é alocado entre o passivo e as despesas financeiras. Os contratos de parceria agrícola foram contabilizados no escopo da norma contábil, porém tem natureza jurídica diversa do arrendamento, mantendo aplicação da legislação tributária sobre a essência. As despesas financeiras são reconhecidas no resultado durante o período do arrendamento. O ativo de direito de uso é depreciado ao longo da vida útil do ativo ou do prazo do arrendamento pelo método linear, dos dois o menor. Os ativos e passivos provenientes de um arrendamento são inicialmente mensurados ao valor presente. Os passivos de arrendamento incluem o valor presente líquido dos pagamentos de arrendamentos a seguir: • pagamentos fixos (incluindo pagamentos fixos na essência, menos quaisquer incentivos de arrendamentos a receber); • pagamentos variáveis de arrendamentos variáveis que dependem de índice ou de taxa; • valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; • o preço de exercício de uma opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de que irá exercer essa opção; • pagamentos de multas por rescisão do arrendamento se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento. Os pagamentos de arrendamentos são descontados utilizando a taxa de juros implícita no arrendamento. Caso essa taxa não possa ser prontamente determinada, a taxa incremental de empréstimo do arrendatário é utilizada, sendo esta a taxa que o arrendatário teria que pagar em um empréstimo para obter os fundos necessários para adquirir um ativo de valor semelhante, em um ambiente econômico similar, com termos e condições equivalentes. Para determinar a taxa incremental de empréstimo, o Grupo: • sempre que possível, utiliza como ponto de partida taxas de financiamentos recentes contratados com terceiros, ajustadas para refletir as mudanças nas condições de financiamento desde que tal financiamento de terceiro fora recebido; • usa uma abordagem progressiva que parte de uma taxa de juros livre de risco ajustada para o risco de crédito para arrendamentos mantidos pelo Grupo, sem financiamento recente com terceiros; e • faz ajustes específicos à taxa, como no prazo, país, moeda e garantia, por exemplo. O Grupo está exposto a potenciais aumentos futuros nos pagamentos de arrendamentos variáveis com base em um índice ou taxa, os quais não são incluídos no passivo de arrendamento até serem concretizados. Quando os ajustes em pagamentos de arrendamentos baseados em um índice ou taxa são concretizados, o passivo de arrendamento é remensurado e ajustado em contrapartida ao ativo de direito de uso. Os pagamentos de arrendamentos são alocados entre o principal e as despesas financeiras. As despesas financeiras são reconhecidas no resultado durante o período do arrendamento para produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada período. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, de acordo com os itens a seguir: • o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento; • quaisquer pagamentos de arrendamentos feitos na data inicial, ou antes dela, menos quaisquer incentivos de arrendamento recebidos; • quaisquer custos diretos iniciais; e • custos de restauração. Os ativos de direito de uso geralmente são depreciados ao longo da vida útil do ativo ou do prazo do arrendamento pelo método linear, dos dois o menor. Se o Grupo estiver razoavelmente certo de que irá exercer uma opção de compra, o ativo do direito de uso é depreciado ao longo da vida útil do ativo subjacente. Os pagamentos associados a arrendamentos de curto prazo de equipamentos e veículos e todos e arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos pelo método linear como uma despesa no resultado. Arrendamentos de curto prazo são aqueles com um prazo de 12 meses ou menos. As opções de prorrogação e extinção estão incluídas em diversos dos arrendamentos de ativos imobilizados do Grupo. Os termos são usados para maximizar a flexibilidade operacional em termos de gestão de contratos. A maioria das opções de prorrogação e extinção mantidas podem ser exercidas apenas pelo Grupo, e não pelo respectivo arrendador. **6 Estimativas e julgamentos contábeis críticos:** As estimativas e os julgamentos contábeis críticos são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Com base em premissas, o Grupo estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e julgamentos que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir. **(a) Provisão para contingências:** O Grupo é parte envolvida em processos tributários, trabalhistas e cíveis que se encontram em instâncias diversas. As provisões para contingências, constituídas para fazer face a potenciais perdas prováveis dos processos em curso, são estabelecidas e atualizadas com base na avaliação da administração, fundamentada na opinião de seus assessores legais e requerem elevado grau de julgamento sobre as matérias envolvidas. **(b) Provisão para crédito de liquidação duvidosa (impairment):** O *impairment* é estabelecido quando existe uma evidência objetiva de que o Grupo não será de receber todos os valores, sendo a provisão calculada em montantes considerados suficientes para cobrir perdas prováveis na realização das contas a receber, considerando a situação de cada cliente e as respectivas garantias possuídas. **(c) Revisão da vida útil e valor recuperável do ativo imobilizado:** A capacidade de recuperação dos ativos que são utilizados nas atividades do Grupo é avaliadas sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos pode não ser recuperável com base em fluxos de caixa futuros. Se o valor contábil destes ativos for superior ao seu valor recuperável, o valor líquido é ajustado e sua vida útil readequada para novos patamares. **(d) Taxa incremental dos arrendamentos e parcerias agrícolas a pagar:** Os direitos de uso e passivos de arrendamentos e parceria agrícola são mensurados ao valor presente com base em fluxos de caixa descontados por meio de taxa incremental de empréstimo. Essa taxa média ponderada de empréstimo envolve estimativa, uma vez que consiste na taxa que o arrendatário teria que pagar em um empréstimo para levantar os fundos necessários para obter um ativo de valor semelhante, em um ambiente econômico similar, com termos e condições equivalentes e em função do risco de crédito da arrendatária, do prazo do contrato e das garantias oferecidas. **(e) Mensuração do valor justo:** Uma série de políticas e divulgações contábeis do Grupo requer mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros. O Grupo estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração dos valores justos. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo. O Grupo revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se a informação de terceiros, como cotações de corretoras, é utilizada para mensurar os valores justos, então a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos do CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações de-

continua →☆

Assinado por EMPRESA FOLHA DA MANHA S A:60579703000148 em 07/07/2022 18:00:14 com o número de série 61853EF56F3FC8EF.

ITI Instituto Nacional de Tecnologia da Informação

http://publicidadelegal.folha.uol.com.br/documento/3842

ICP Brasil